Prova de 2012

QUESTÃO 1

O Brasil se aproxima das comemorações dos seus 200 anos de conformação estatal juridicamente independente. A política externa que emergiu em 1822 carregou heranças dos séculos anteriores e agregou novos desígnios. A propósito desse tema, disserte sobre os seguintes itens:

a) raízes coloniais de política externa do Brasil e seus impactos na política externa de Pedro I;
b) articulações internas e externas da independência do Brasil;
c) resultantes dos reconhecimentos internacionais do Brasil na década de 1820.

Extensão máxima: 90 linhas
(Valor: 30 pontos)

MARIANA YOKOYA SIMONI (24/30)

A independência brasileira representa caso "sui generis" em meio às independências da América Latina, em razão da continuidade político-institucional e da integridade territorial mantidas no Brasil Império. Tal continuidade deve-se à herança de desígnios políticos engendrados no período colonial, ao passo que a integridade do território brasileiro se associa à formação de uma perspectiva coesa das elites interiorizadas, como enfatizou José Murilo de Carvalho, e da necessidade de defesa diante das pressões britânicas para abolição do tráfico de escravos ao longo da primeira metade do século XIX. As articulações internas e externas na independência do país tanto permitiram a consolidação da autonomia política brasileira como influenciaram a inserção internacional do Brasil independente. Nesse contexto, a principal meta da política externa constituía no reconhecimento internacional da independência, o que legou constrangimentos externos significativos até o Segundo Reinado (1840-1889), mas que permitiu, igualmente, o desenvolvimento das convicções externas da jovem nação.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar as heranças coloniais legadas à política externa de D. Pedro I. Em função da continuidade político-administrativa, o Brasil tinha quadros políticos e diplomáticos, assim como experiência em matéria da condução da política exterior, o que lhe conferirá grande vantagem frente a seus vizinhos até pelo menos a Guerra do Paraguai (1864-1870). Além da estrutura administrativa colonial, o Brasil também herdou o projeto econômico concebido no período colonial. A Transmigração da Corte portuguesa, a Abertura dos Portos às nações amigas, ambos ocorridos em 1808, e a Revogação do Alvará de 1795, do Período Mariano, representaram tentativas de construção de um projeto político e econômico extra-europeu e independente em relação à Grã-Bretanha, nos moldes do que fora preconizado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o "Império Luso-Brasileiro". Entretanto, esse projeto autonomista foi paulatinamente abandonado, o que se evidencia pela assinatura dos chamados "tratados desiguais" de 1810 com a Grã-Bretanha. Ao garantir tarifas alfandegárias de 15% "ad valorem", inferiores à de 16% para produtos portugueses, e a extraterritorialidade, D. João estava abrindo mão

do projeto autonomista e ratificando a relação bastante próxima com a Inglaterra, a qual caracterizou a política colonial e parte da política imperial. Isso se explica pelo fato de a independência ter representado uma continuidade econômica em favor dos interesses da elite agroexportadora interiorizada no Rio de Janeiro.

A política externa de D. Pedro I também reinterpreta as diretrizes coloniais referentes à presença brasileira no estuário do Rio da Prata. A rivalidade no Novo Mundo, em particular aquela canalizada no Prata, refletem antigas dissensões entre Portugal e Espanha. Logo após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, D. João ordenou incursões na Banda Oriental e em Caiena (colônia francesa), com o objetivo de revidar a invasão sofrida pelo território português. No período colonial, já estão estruturados os condicionantes das relações assimétricas com as potências europeias e das relações simétricas com as colônias da América espanhola. Igualmente, permanecem as questões relativas à livre navegação dos rios, ao contrabando e ao comércio entre interior e litoral, as questões alfandegárias (principalmente do charque) e de fronteiras. As disputas por hegemonia na região, inclusive envolvendo pressões militares, ficam evidentes com a criação do Vice-Reino do Brasil em 1774, com a habilidosa política do Marquês de Pombal, e do Vice-Reino do Prata em 1776. No período independente, esse conflito culminará na Guerra da Cisplatina (1825-1828), em que essa província – brasileira desde 1821 – buscará ser anexada pela Argentina, que aceitará tal demanda. Essa situação dá início a um conflito que se encerra com a mediação inglesa e com a criação do Estado do Uruguai, em cuja política interna continuará a disputa entre a predominância da influência brasileira ou argentina.

No que concerne às articulações internas e externas à época da independência, destaca-se que a independência do Brasil ocorreu no quadro mais abrangente de crise do sistema colonial e do Antigo Regime. Esteve associada ao espraiamento de ideias liberais e iluministas europeias, que influenciaram movimentos emancipacionistas no Brasil, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798). Em particular, a onda revolucionária europeia de 1820 teve impactos significativos no Brasil, uma vez que a Revolução do Porto (1820) exigiu a volta da Família Real, a constitucionalização de Portugal e a recolonização do Brasil. O anti-liberalismo das Cortes portuguesas em relação ao Brasil foi o que desencadeou a transformação do projeto de autonomia com união das coroas para um projeto de independência, centrado na figura de D. Pedro e nas articulações de José Bonifácio. Ao Grito do Ipiranga, seguiram-se guerras de independência entre províncias que aderiram ao Império e aquelas que se mantinham fiéis às Cortes, principalmente localizadas no Norte e no Nordeste, em que havia concentração maior de tropas portuguesas. O auxílio de comandantes estrangeiros e das províncias aliadas foi articulação fundamental para a rápida vitória da independência em 1823. Outra articulação essencial refere-se às negociações para o reconhecimento internacional da independência brasileira.

O reconhecimento da independência do Brasil foi marco precípuo da política externa iniciada em 1822, pois os estadistas de então temiam uma recolonização do Brasil por Portugal, com apoio da Santa Aliança. O reconhecimento foi enfocado, igualmente, pois permitiria a continuidade política e econômica do projeto da elite do Rio de Janeiro de manter estreitas relações comerciais com a Inglaterra. As primeiras nações a reconhecerem o Brasil independente foram africanas, Onin e Benin, o que ilustra a importância das relações políticas, comerciais e culturais no Atlântico Sul à época. Com efeito, havia possibilidade de aproximação e até de união desses países com o Brasil. Formalmente, os EUA prontamente reconheceram o Brasil, ainda que com o regime monárquico, pois acreditavam que a jovem nação contribuiria para afastar o "Hemisfério da Paz" das Américas do "Hemisfério da Guerra" que o Velho Continente representava. Os países europeus, incluso o Reino Unido, aguardaram o reconhecimento por parte de Portugal, o qual foi negociado intensamente em Londres e no Rio de Janeiro. Após o malogro de duas rodadas de negociação, a Grã-Bretanha – interessada na renovação dos tratados de 1810 – pressionou o governo português e conseguiu o seu reconhecimento mediante certas condições. O Brasil teve a sua independência reconhecida por Portugal (este representado

pelo diplomata britânico Charles Stuart), com as ressalvas de que a independência foi concedida pela metrópole, mantendo-se a linhagem dos Bragança, de que não poderia haver união entre o Brasil e as colônias portuguesas na África e de que o Brasil pagaria um valor indenizatório. Os demais países europeus reconheceram o Brasil depois do ano de 1825. A Inglaterra o fez com a garantia de renovação dos tratados de 1810, com a inclusão de uma cláusula que previa a abolição do tráfico de escravos em 3 anos. Em suma, o Brasil logrou alcançar o reconhecimento de sua independência, mas com os custos da indenização, que deterioraram o prestígio interno do Imperador, e da relativa dependência econômica em função dos tratados de 1827 e de uma inserção internacional aquém de seu potencial.

A independência brasileira é caracterizada por importantes continuidades e rupturas em relação ao período colonial. Destacam-se as continuidades político-institucional e econômica, assim como a manutenção da relação privilegiada com a Inglaterra, mantida por D. Pedro I, e das disputas por hegemonia no rio da Prata. As dificuldades econômicas engendradas pela baixa arrecadação e pelos gastos com as guerras de independência conduzirão a um período de instabilidades, culminando na Abdicação em 1831 e na dificuldade de o Brasil se impor no Prata entre 1831 e 1840. Dessa maneira, observa-se que as heranças coloniais e o legado da política externa à época da independência foram fundamentais para definir a inserção internacional do Brasil – seus condicionantes externos, suas diretrizes e estratégias de política exterior – no Período do Império (1822-1889).

QUESTÃO 2

Compare as posições do Brasil no Império e na República nascente, no que tange à Conferência de Washington (1889-1890).

Extensão máxima: 90 linhas

(Valor: 30 pontos)

FELIPE PINCHEMEL COTRIM DOS SANTOS (29/30)

Desde sua Independência, o Brasil tinha relegado pouca atenção à América Hispânica, com exceção da região do Prata. Única Monarquia entre Repúblicas, o Brasil era visto com desconfiança pelos outros Estados latino-americanos. Embora sua política externa fosse pautada pelo pragmatismo, objetivando principalmente definir os limites de seu território, o Brasil estava atento às movimentações internacionais de coligações regionais, ora participando, ora abstendo-se das reuniões pan-americanistas de caráter bolivariano. Exatamente para evitar a formação de uma liga regional contra o Brasil, o país atuava bilateralmente, de modo a alcançar boas relações com os Estados sul-americanos. A Proclamação da República aconteceu em um momento singular das relações continentais, quando o Império já aceitava participar das reuniões pan-americanas, mas agora de caráter monroísta, pois grande parte de seus contenciosos com os vizinhos já estava encaminhada. A mudança de regime também trouxe mudanças profundas na política exterior do país, pois os líderes políticos de então acreditavam que republicanizar as relações internacionais significava americanizar irrestritamente as decisões externas.

O último presidente do Conselho de Ministros do Império, Ouro Preto, fora chamado ao poder para inviabilizar a República. Por meio do reform-mongering, o Império acreditava que realizando as reformas solicitadas por diversos setores, como o fim do Senado vitalício, o voto universal, o fim da escravidão, poderia ser mantido o regime político. Contudo, no plano internacional, o Império não mudou suas diretrizes, e as ordens do representante brasileiro para a Conferência de Washington seguiam a racionalidade da política externa imperial que vinham desde a década de 1840. Essa política externa foi marcada pela continuidade e pela racionalidade, decidida pelas instituições do Conselho de Estado, Parlamento, Conselho de Ministros e pelo próprio Imperador. Após a vitória na Guerra do Paraguai e da distensão nas relações com a Argentina, depois que sua arbitragem com o Paraguai pelo Chaco Boreal foi decidida favoravelmente ao país mediterrâneo pelo presidente Hayes, o Brasil pôde voltar-se para suas relações internacionais com a Europa e com os Estados Unidos.

Na década de 1880, embora voltado para a resolução de seus problemas internos, o Brasil deu os primeiros sinais amistosos em direção a um pan-americanismo do estilo monroísta. Ainda que o Império não atuasse de forma automática, a aceitar uma influência norte-americana absoluta, percebeu a importância de a América estabelecer-se politicamente em torno do novo polo emergente das relações internacionais, para evitar iniciativas imperialistas das potências do Velho Continente. A primeira conferência pan-americana sob os auspícios dos EUA tinha sido cancelada por causa da Guerra do Pacífico (1879-1883), envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia. A distância de quase dez anos para a segunda conferência, essa realizada em Washington de 1889 a 1890, não modificou profundamente os interesses nem as prevenções do Brasil relacionados a ela. Os EUA pretendiam estabelecer uma hegemonia no continente, por meio de projetos como a instalação de uma união aduaneira, de uma interligação ferroviária continental, ou ainda a instituição de arbitragem internacional obrigatória. O Brasil, assim como a Argentina e o Chile, opunha-se a tais desígnios, pois entendia que preservar sua autonomia política nas relações regionais (onde tinha maior margem de manobra) era primordial para sua política exterior de atuação subregional mais livre. De igual modo, preservar sua liberdade econômica, que seria engessada por uma união aduaneira dominada pelos EUA, era fundamental para manter e expandir suas relações com as potências europeias, tanto para mercados de exportação e importação quanto para a atração de importantes investimentos para desenvolvimento doméstico.

A ascensão de atores políticos que não tinham experiência prévia na política externa brasileira foi uma consequência direta da Proclamação da República. Como o exemplo da negociação direta das fronteiras entre Brasil e Argentina feita pelo próprio ministro Bocaiúva ilustra, a política exterior republicana pretendeu alterar completamente diretrizes antigas, arraigadas da política exterior imperial. Nesse diapasão, a substituição do representante imperial brasileiro à Conferência de Washington por Salvador de Mendonça foi acompanhada pela alteração das ordens e dos limites possíveis de negociação. Acreditando-se que o simples fato de tornar-se República teria alinhado os interesses do Brasil com os EUA, decidiu-se pela adoção de posições fortemente influenciadas por um americanismo ideológico. O Brasil, representado por Mendonça, passaria a aceitar as propostas hegemônicas do grande irmão do norte. Não fossem as prevenções e oposições de Chile e Argentina, a imposição do arbitramento obrigatório feito pelos EUA teria sido implementada no continente como resultado da Conferência. De igual modo, esses dois países resistiram ao projeto da união aduaneira, algo que não seria alcançado pelos EUA nem mesmo no séc. XXI.

A Proclamação da República teve muitos efeitos imediatos e outros tantos a médio e a longo prazo. Um desses efeitos de curto prazo foi a modificação nas diretrizes da política exterior. Ainda que a noção de que republicanizar a política exterior fosse americanizá-la, a ausência de quadros qualificados republicanos para atuarem nessa área levou ao retorno de antigas diretrizes no médio prazo. Os diplomatas formados no II Reinado, como o próprio

Barão do Rio Branco, tratariam de dar direções mais condizentes aos interesses pátrios, mas sabendo reconhecer a mudança do polo político internacional da Europa para os EUA, algo sistemático e não proveniente de mudanças políticas internas. O estabelecimento da Secretaria Pan-Americana, fruto da Conferência de Washington, demonstrou o começo da institucionalização da influência americana no continente e o Brasil soube adaptar-se às mudanças.

QUESTÃO 3

Disserte sobre a política brasileira para a África entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970.

Extensão máxima: 60 linhas
(valor: 20 pontos)

HUGO FREITAS PERES (18/20)

A política africana do Brasil, que, considera-se, teve início em 1961 com a PEI, passou desde então por um período de avanços e recuos, até entrar em uma fase de reafirmação a partir da Diplomacia do Interesse Nacional, no governo Médici, de acordo com José Flávio Sombra Saraiva. A partir de 1969, os interesses pragmáticos do Brasil, fundamentados em novas concepções de segurança, na defesa dos interesses econômicos, e na vinculação da ação externa ao desenvolvimento nacional, passaram a guiar as políticas para a África, propiciando uma inserção autônoma, fora da via portuguesa, no Continente Negro.

As bases da política brasileira para a África do final da década de 1960 foram lançadas ainda no governo Castello Branco. Embora não houvesse negligencia em relação à África, a ênfase no desenvolvimento da PEI foi deslocada para a segurança. A inserção no continente africano passou a balizar-se pelas concepções de círculos concêntricos de Golbery do Couto e Silva, que o colocava em hierarquia de importância relativamente secundária, de fronteiras ideológicas e, portanto, de combate ao comunismo. Nesse sentido, reforçaram-se as relações com Portugal – tratado em matéria comercial e cultural de 1966, apoio às teses colonialistas na ONU e proposta de formação de comunidade luso-afro-brasileira – e com a África do Sul. A visita do mandatário senegalês Léopold Senghor ao Brasil, que havia sido convidado ainda no governo João Goulart, foi utilizada pelos geopolíticos brasileiros para criar pontes anticomunistas no Atlântico.

O governo Costa e Silva não rompeu com a orientação da política externa para a África de seu predecessor, mas o deslocamento da ênfase da segurança para o desenvolvimento, a busca de maior autonomia nas relações internacionais e o atendimento dos interesses econômicos e comerciais determinaram mudanças qualitativas relevantes. Não se abandonaram concepções de relações especiais com Portugal, nem os vínculos do Tratado de Amizade e Consulta de 1953, mas encetaram-se ensaios de inserção autônoma no continente africano. Três iniciativas corroboram essa perspectiva. Em primeiro lugar, foram ampliadas as representações diplomáticas no continente africano. Em segundo, o Brasil passou a realizar consultas junto à Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, com o fito de buscar oportunidades comerciais. Finalmente, procedeu-se a uma reforma no Itamaraty que separou a Divisão de África da Subsecretaria de Europa Ocidental, criando-se a Subsecretaria de África e Oriente Médio – separando, desse modo, os assuntos africanos das relações com as potências coloniais. Além disso, mudanças na

concepção geopolítica para o Atlântico Sul ficaram evidentes com a recusa do pacto de segurança proposto por Portugal e África do Sul.

O governo Médici, sob a chancelaria de Mário Gibson Barboza, marca o retorno a uma política africana em bases autônomas e calcada no pragmatismo econômico e em moderna concepção geopolítica. Após divergências do Itamaraty com Delfin Netto, que defendia a inserção pela via portuguesa, o predomínio das visões da diplomacia se consolidou com a viagem de Gibson Barboza a nove países africanos, que não haviam passado por guerra de independência, em 1972. Em todos os países, firmaram-se acordos de cooperação técnica e cultural, e, diferentemente da estratégia de Costa e Silva, que privilegiava o multilateralismo, estabeleceram-se contatos diplomáticos diretos com os novos países africanos, o que contribuiu para a melhor compreensão de suas demandas, sobretudo no que concerne às vinculações com Portugal. A influência africana pode ser encontrada na negação do apoio irrestrito que se vinha concedendo até então ao colonialismo português na ONU pelos governos militares, quando o Brasil se absteve, em 1973, em votação sobre a questão colonial portuguesa. Nesse mesmo ano, Gibson Barboza realizou viagem ao Egito e ao Quênia, onde reforçou o apoio brasileiro à descolonização e criticou o apartheid, embora se atribuísse grande importância ao maior parceiro econômico africano do Brasil, a África do Sul, contra a qual não se tomavam medidas concretas em relação ao apartheid.

Do final da década de 1960 ao início da de 1970, destacam-se a formação de massa crítica sobre o continente africano e a mudança de estratégia de segurança para o Atlântico Sul, do ocidentalismo anticomunista para a cooperação e o estabelecimento de laços pacíficos e econômicos. Gibson Barboza ajudou a criar o Museu Afro-Brasileiro e o programa de concessão de bolsas de estudo que propiciaram maior conhecimento sobre os países africanos.

QUESTÃO 4

Disserte sobre a política econômica do Estado Novo (1937-45), discutindo eventuais mudanças no que se refere ao período compreendido entre 1930 e 1937.

Extensão máxima: 60 linhas

(valor: 20 pontos)

CESAR LINSAN PASSY YIP (14/20)

A política econômica da Era Vargas foi marcada pela mudança do que Celso Furtado chamou de eixo dinâmico da economia (do mercado exportador ao consumo interno) e de uma forma de viabilizar o desenvolvimento em contexto de escassez de divisas. Nesse sentido, o Estado Novo marcou uma inflexão importante no sentido de uma industrialização planejada e da nacionalização da economia, no que foi facilitado pelo contexto da Segunda Guerra Mundial.

Com a crise de 1929, houve grande diminuição da renda pela queda da exportação de café. Com isso, o início da década de 1930 viu uma verdadeira política anticíclica, que, ao retirar café de circulação, impedia queda maior de preços. Essa política de sustentação de renda, somada à depressão do mercado internacional, incentivou a produção para o mercado interno, incluindo a criação de indústrias. Tratou-se, no entanto, de industrialização

espontânea, uma vez que respondia a incentivos do mercado. Essa política deixará de ser espontânea para ser objetivo do Estado após a instalação do Estado Novo, em 1937.
Com efeito, uma das primeiras medidas do novo regime foi a suspensão do pagamento da dívida externa, rompendo com o esquema provisório acordado em 1934. Com isso, evidenciou-se o objetivo de utilizar as escassas divisas disponíveis para o processo de industrialização, por meio da importação de máquinas e equipamentos, de forma a produzir internamento os bens de consumo duráveis. Em 1939, a Missão Aranha negociaria uma retomada parcial do pagamento da dívida externa, mas em troca do apoio dos Estados Unidos ao processo de industrialização.

Essa barganha com os EUA, por sua vez, foi possível em razão do contexto externo de tensões que resultariam na II Guerra. Com efeito, Gerson Moura afirma que o Brasil manteve, até 1942, uma equidistância pragmática entre Estados Unidos e Alemanha, com que praticava o comércio compensado. Amado Cervo, no entanto, ressalta que a disputa no continente americano foi ainda mais ampla, com o grande incremento do comércio com o Japão, por meio da companhia de navegação Osaka Shosen Kaisha. Mesmo a URSS sondou o Brasil, mas Vargas recusou um acordo com a Iuyamtorg por temor de infiltração ideológica.

Assim, à medida que aumentavam as tensões, Vargas teve condição de barganhar o apoio aos EUA em troca de apoio à industrialização. Pode-se apontar como marco desse processo o discurso no navio Minas Gerais, em 1940, depois do qual os EUA anunciaram empréstimo para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

A utilização de recursos para a indústria pesada no Estado Novo passou por uma estratégia de nacionalização, de que são evidências o Código de Minas e a criação do Conselho Nacional de Petróleo, sob o comando do general Horta Barbosa. Com isso, evidencia-se o intuito explícito de promover a industrialização pesada, em oposição à industrialização espontânea de bens de consumo no início da década de 1930. Exemplo dessa dualidade sobre o papel do Estado nesse processo foi o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin sobre a criação de uma Comissão de Planificação, já no curso da Guerra. A atividade centralizadora do Estado, nesse aspecto, era exigência fundamental para coordenar o financiamento obtido do Eximbank americano, não só para a CSN, mas para a construção de ferrovias ou o desenvolvimento da borracha, conforme projeto desenvolvido pela Missão Cooke, em 1942.

A eclosão da guerra favoreceu ainda a industrialização pelos efeitos no comércio internacional. O bloqueio do Atlântico resultou na diminuição de importações pelo Brasil, ao mesmo tempo em que permitiu aumento das exportações para os Estados Unidos (sobretudo materiais estratégicos como borracha) e para outros países americanos, substituindo fornecedores tradicionais de bens manufaturados. Esse saldo positivo da balança comercial permitiu uma acumulação de divisas que, no entanto, esgotar-se-ia logo após o final do conflito. A industrialização, por sua vez, permaneceu.

A política centralizadora e nacionalista do Estado Novo permitiu aprofundar o desenvolvimento do mercado nacional, aproveitando-se do contexto da II Guerra. Assim, das negociações sobre a dívida externa, decidiu-se pela sua suspensão; de uma industrialização espontânea passou-se ao planejamento; e das dificuldades no comércio e da escassez de divisas passou-se ao superávit e à acumulação de reservas. Todos os fatores, portanto, evidenciam o objetivo de fomento ao desenvolvimento da produção nacional e da indústria.

* * *